

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA, AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

### Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

#### Despacho n.º 2470/2019

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 42.º da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, designo a Inspetora Paula Filomena das Neves Carreira, para substituir a Chefe de Equipa Multidisciplinar Ana Isabel Teté Garcia nas suas ausências e impedimentos.

O presente despacho produz efeitos na data da sua publicação, considerando-se ratificados todos os atos praticados desde 1 de janeiro de 2019.

13 de fevereiro de 2019. — O Inspetor-Geral, *Nuno Miguel S. Banza*.  
312068339

## JUSTIÇA

### Direção-Geral da Administração da Justiça

#### Aviso n.º 3853/2019

1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 288/2016, de 11 de novembro, na redação dada pela Portaria n.º 370/2017, de 12 de dezembro, conjugado com o previsto no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, torna-se público que o projeto de lista intercalar, ordenada alfabeticamente, resultante da aplicação do segundo método de seleção, entrevista de avaliação de competências, no âmbito do procedimento concursal de recrutamento para a frequência do curso de formação específico para administradores judiciais, aberto pelo Aviso n.º 3025/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 7 de março de 2018, pode ser consultado no átrio da entrada do edifício H do Campus da Justiça, Av. D. João II, 1.08.01, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na página eletrónica da DGJ em <http://www.dgaj.mj.pt/sections/destaques/home-ie-central/procedimento-concursal9551>.

2 — Querendo, poderão os candidatos pronunciar-se, em sede de audiência dos interessados, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis.

3 — O processo está disponível, para consulta dos interessados na Direção-Geral da Administração da Justiça, Av. D. João II, 1.08.01, Edifício H, piso 11, em Lisboa, entre as 9:00 e as 12:30 e as 13:30 e as 17:00 horas.

27 de fevereiro de 2019. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.  
312109349

### Direção-Geral da Política de Justiça

#### Despacho n.º 2471/2019

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, e na sequência do Despacho n.º 11943/2018 da Secretária de Estado da Justiça, de 30 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239, de 12 de dezembro, que procedeu à nomeação, em regime de substituição, do cargo de Diretor-Geral da Política de Justiça, com efeitos a 1 de dezembro de 2018, designo a Subdiretora-Geral da Política de Justiça, Licenciada Maria João Gomes Morgado Costa, para me substituir na minha ausência, falta ou impedimento.

2 — Nos casos da minha ausência, falta ou impedimento e da aludida Subdiretora-Geral, será a mesma substituída pela Subdiretora-Geral da Política de Justiça, Licenciada Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha, e na ausência desta, pelo Subdiretor-Geral da Política de Justiça, Licenciado Renato Jorge dos Santos Carvalho Gonçalves.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de dezembro de 2018, ficando ratificados todos os atos praticados desde a referida data até à data da publicação do presente despacho.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de dezembro de 2018. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.  
312060302

#### Despacho (extrato) n.º 2472/2019

Por meu despacho, de 19 de dezembro de 2018:

Doutor Ricardo Lopes Dinis Pedro — renovada, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea *a*), do n.º 1 do artigo 10.º e no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, que mantém em vigor os n.ºs 2 a 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de abril, a comissão de serviço para desempenhar as funções de Consultor, nas áreas de Planeamento e Política Legislativa da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de janeiro de 2019. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, fica o nomeado autorizado a exercer funções de docência universitária em regime de tempo integral.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

11 de fevereiro de 2019. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.  
312060181

### Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

#### Aviso n.º 3854/2019

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de seleção, relativos ao procedimento concursal comum (Referência 193/TS/2018), para ocupação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 14066/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 2 de outubro, foi homologada por meu despacho de 25 de janeiro de 2019, encontrando-se afixada em local visível nas instalações da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, sitas na Avenida da Liberdade, n.º 9, 2.º Esquerdo, em Lisboa e disponibilizada na página eletrónica em <https://dgrsp.justica.gov.pt>, conforme previsto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida.

13 de fevereiro de 2019. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

312072437

### Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

#### Despacho (extrato) n.º 2473/2019

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 09.01.2019, foi autorizada, nos termos previstos nas alíneas *a*) a *d*) do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., da Lic. Susana Luísa dos Santos Pereira, técnica superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal do Seixal, mantendo a mesma posição e nível remuneratórios da situação jurídico-funcional de origem, com efeitos a contar de 01.12.2018.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

11 de janeiro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Filomena Sofia Gaspar Rosa*.

312065269

#### Despacho (extrato) n.º 2474/2019

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior — área linguística, foi autorizada, nos termos previstos dos artigos 7.º e 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e com efeitos a 01 de janeiro de 2019, a celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e inerente integração na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal do IRN, I. P., independentemente de período experimental, com os licenciados Filipa Alexandra Palmela de Carvalho e Jorge Martins Maximino Saleiro, ficando posicionados